

Verde 08 Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Verde 08 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 08 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Conforme divulgado na Nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021, o valor do imposto de renda e contribuição social diferido registrado no ativo não circulante nas demonstrações contábeis era de R\$ 4.933 mil.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade dos tributos diferidos ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Essas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) previsões de condições futuras de mercado e climatológicas; (ii) crescimento da receita; (iii) comportamento dos custos e despesas. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela diretoria na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável dos tributos diferidos ativos e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação das análises dos planos de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros são elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela diretoria relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; análise das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócio da Companhia; análise da realização das diferenças temporárias ativas através de sua compensação com as passivas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos impostos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

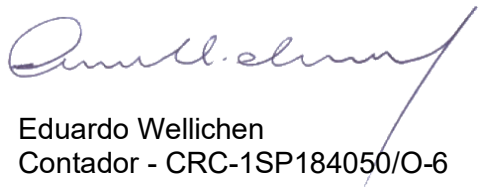
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Verde 08 Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		40.959	37.578
Caixa e equivalentes de caixa	4	20	13.431
Investimentos de curto prazo	5	31.654	8.689
Contas a receber de clientes	6	5.989	13.892
Imposto e contribuição a compensar		2.970	1.268
Despesas pagas antecipadamente		317	285
Outros ativos		9	13
Não circulante		250.846	256.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	4.933	4.088
Imobilizado	8	240.245	247.633
Intangível	9	5.668	4.883
Total do ativo		291.805	294.182
Passivo			
Circulante		21.229	42.945
Fornecedores	10	3.319	6.061
Partes relacionadas	16.1	5	13.581
Debêntures	11	4.133	3.699
Arrendamentos	16.1	33	34
Salários e férias a pagar		689	459
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	358	398
Provisão para constituição de ativos	13	8.659	9.116
Provisão para gastos ambientais	14	3.832	9.589
Encargos setoriais		8	8
Adiantamento de clientes		193	-
Não circulante		173.641	151.575
Debêntures	11	167.874	151.477
Arrendamentos	16.1	279	98
Provisão para gastos ambientais	14	5.488	-
Patrimônio líquido	17	96.935	99.662
Capital social		107.660	107.660
Prejuízos Acumulados		(10.725)	(7.998)
Total do passivo e patrimônio líquido		291.805	294.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	72.010	56.308
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(3.498)	(3.559)
Compra de energia elétrica		(37.948)	(30.097)
Recuperação de custo - Extensão da concessão		745	-
Encargos de uso da rede elétrica		(1.012)	(1.330)
Depreciação e amortização		(5.965)	(5.953)
	19	(47.678)	(40.939)
Lucro bruto		24.332	15.369
Despesas (Receitas) operacionais			
Administrativas e gerais		(765)	(718)
Pessoal		(847)	(582)
Honorários da diretoria e conselho de administração	16.3	(757)	(660)
Depreciação e amortização		(64)	(47)
Outras receitas		167	-
	19	(2.266)	(2.007)
Lucro antes do resultado financeiro		22.066	13.362
Despesas financeiras		(27.134)	(17.076)
Receitas financeiras		1.496	540
	20	(25.638)	(16.536)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.572)	(3.174)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	845	1.085
Prejuízo do exercício		(2.727)	(2.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	<u>(2.727)</u>	<u>(2.089)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.727)</u></u>	<u><u>(2.089)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	107.660	(5.909)	101.751
Prejuízo do exercício	-	(2.089)	(2.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.660	(7.998)	99.662
Prejuízo do exercício	-	(2.727)	(2.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	107.660	(10.725)	96.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.572)	(3.174)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	6.029	6.000
Encargos de dívidas	11.b	25.546	15.223
Encargos de dívidas arrendamentos		19	14
Apropriação dos custos de captação da dívida	11.b	471	470
Receita de aplicações financeiras		(1.453)	(54)
Extensão da concessão		(745)	-
Descontos financeiros obtidos		(1)	(2)
		26.294	18.477
Redução (aumento) no ativo			
Contas a receber de clientes		7.903	(6.392)
Tributos e contribuições sociais a compensar		(1.701)	(953)
Despesas pagas antecipadamente		(32)	(70)
Adiantamento a fornecedores		3	(4)
Outros ativos		3	-
		6.176	(7.419)
Redução (aumento) no passivo			
Fornecedores		(1.109)	306
Partes relacionadas		(13.576)	105
Encargos setoriais		-	(3)
Salários e férias a pagar		211	(15)
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.319	567
Provisão para constituição de ativos		(414)	(164)
Provisão para gastos ambientais		(269)	(257)
Adiantamentos de clientes		194	-
		(13.644)	539
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(1.341)	(886)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.826	11.597
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em investimentos de curto prazo		(43.190)	(7.718)
Resgates em investimentos de curto prazo		21.672	679
Adições no imobilizado	8	(59)	(377)
Adições no intangível	9	(51)	(32)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(21.628)	(7.448)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal de arrendamentos		(63)	(45)
Amortização de juros dos arrendamentos		(19)	(14)
Pagamento de juros das debêntures	11.b	(9.186)	(8.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(9.268)	(8.760)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(13.411)	(5.497)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	13.431	18.928
Saldo no final do exercício	4	20	13.431
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(13.411)	(5.497)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”) constituída em 05 de dezembro de 2013, é uma companhia de capital fechado que tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A referida PCH opera com três unidades geradoras com potência instalada de 9,5 MW cada e uma unidade geradora com potência equivalente a 1,5 MW, totalizando 30 MW de potência instalada, e uma Subestação elevadora 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 31 de março de 2018 a primeira turbina entrou em operação comercial, a segunda turbina em 27 de junho de 2018, a terceira turbina em 9 de agosto de 2018 e a quarta turbina em 21 de novembro de 2018. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2049). Inicialmente a Companhia atuará no Ambiente de Contratação Livre (ACL) porém, a partir de 1º de Janeiro de 2023, a Companhia passará a atuar no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) conforme Edital Leilão A6-2017.

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Impactos do COVID 19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de sua usina, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício de 2021 e, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis. Adicionalmente, o Governo Federal já anunciou algumas medidas, com o objetivo de preservar a liquidez das distribuidoras de energia, as quais representam os principais clientes da Companhia.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça o uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos - Continuação

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; e
- Nota 16 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos esperada.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e ganhos e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até janeiro de 2049.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de novembro de 2021.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) à medida que satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 18,7 MW médio equivalente a 62% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 282,71 MW/h (R\$ 223,81 em 2020), reajustado pelo IPCA.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.9 Receitas e despesas financeiras - Continuação

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Re remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Numerário disponível	-	3	4
Aplicações financeiras automáticas	20 % do CDI	17	13.294
Certificados de depósitos bancários	92,59 % do CDI	-	133
		20	13.431

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Re remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - FI Energia	98,85 % do CDI	1.005	969
Fundo de Investimento - STA Energia	100,60 % do CDI	30.649	7.720
		31.654	8.689

A Companhia aplica seus recursos no fundo exclusivo, Fundo Exclusivo FI – Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre	4.716	5.842
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre - partes relacionadas	691	1.007
Suprimento de energia elétrica - Mercado de curto prazo/CCEE	582	7.043
	5.989	13.892

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambientelivre.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021
Ativo (i)					
Imposto de Renda diferido	2.214	795	3.009	803	3.812
Contribuição Social diferido	790	289	1.079	292	1.371
	3.004	1.084	4.088	1.095	5.183
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	3.004	1.084	4.088	1.095	5.183
Passivo (ii)					
Base de cálculo - extensão da concessão	-	-	-	745	
Imposto de Renda diferido - alíquota 25%	-	-	-	184	184
Contribuição Social diferido - alíquota 9%	-	-	-	66	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-	-	-	250	250
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	3.004	1.084	4.088	845	4.933

(i) Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros.

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota extrincativa nº3.6.

A estimativa das parcelas de realização do passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2022	2023	2024	Após 2025
Saldo de Prejuízo Fiscal IRPJ ao final do exercício	12.199	8.431	6.819	-
Estimativa de realização IRPJ diferido	763	942	403	1.704
	12.962	9.373	7.222	1.704
Saldo Base Negativa CSLL ao final do exercício	15.229	12.179	22.048	-
Estimativa de realização CSLL diferida	275	339	140	617
	15.504	12.518	22.188	617
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão				
	7	7	7	163
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão				
	2	2	2	60
	9	9	9	223

8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassificações (ii)	Outros (iii)	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	15.419	-	-	-	-	15.419
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	141.492	-	-	-	-	141.492
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2%	21.267	-	-	(43)	-	21.224
Máquinas e Equipamentos	3%	79.863	59	-	-	-	79.922
Móveis e Utensílios	6%	156	-	-	-	-	156
Direito de Uso sobre Arrendamento	22%	210	-	-	-	245	455
Imobilizado em curso (i)		4.339	-	-	(1.631)	-	2.708
Total do imobilizado		262.746	59	-	(1.674)	245	261.376
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(7.543)	(2.930)	-	-	-	(10.473)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(1.179)	(457)	-	-	-	(1.636)
Máquinas e Equipamentos		(6.289)	(2.558)	-	-	-	(8.847)
Móveis e Utensílios		(16)	(9)	-	-	-	(25)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(86)	(64)	-	-	-	(150)
Total da depreciação acumulada		(15.113)	(6.018)	-	-	-	(21.131)
Total do ativo imobilizado		247.633	(5.959)	-	(1.674)	245	240.245

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Outros*	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	15.419	-	-	-	-	15.419
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	141.492	-	-	-	-	141.492
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2%	21.224	43	-	-	-	21.267
Máquinas e Equipamentos	3%	79.832	31	-	-	-	79.863
Móveis e Utensílios	6%	137	19	-	-	-	156
Direito de Uso sobre Arrendamento	22%	175	-	-	-	35	210
Imobilizado em curso (i)		7.324	284	(183)	(3.086)	-	4.339
Total do imobilizado		265.603	377	(183)	(3.086)	35	262.746
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(4.614)	(2.929)	-	-	-	(7.543)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(720)	(459)	-	-	-	(1.179)
Máquinas e Equipamentos		(3.733)	(2.556)	-	-	-	(6.289)
Móveis e Utensílios		(7)	(9)	-	-	-	(16)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(39)	(47)	-	-	-	(86)
Total da depreciação acumulada		(9.113)	(6.000)	-	-	-	(15.113)
Total do ativo imobilizado		256.490	(5.623)	(183)	(3.086)	35	247.633

- (i) Imobilizado em curso: referem-se substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos e serviços vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da PCH Verde 08. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica.
- (ii) O valor de R\$ 43 informado na coluna de reclassificações refere-se a realização de provisão para constituição de ativos e o valor de R\$ 1.631 refere-se a transferência de adiantamento para fornecedores.
- (iii) Os valores informados na coluna de outros referem-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço				
Servidões	-	4.881	-	4.881
Outros intangíveis de concessão	20%	2	32	34
Extensão da concessão (i)	3%	-	745	745
Em curso		-	19	19
Total do custo do intangível		4.883	796	5.679
Amortização				
Outros intangíveis de concessão		-	(2)	(2)
Extensão da concessão		-	(9)	(9)
Total amortização		-	(11)	(11)
Total intangível		4.883	785	5.668

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Intangível em serviço				
Servidões	-	4.851	30	4.881
Outros intangíveis de concessão	20%	-	2	2
Total intangível		4.851	32	4.883

(i) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
161	745

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até janeiro de 2049.

10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do uso do serviço de transmissão	132	230
Suprimento de energia elétrica	2.256	2.928
Materiais e serviços	565	2.663
Retenção contratual	366	240
	3.319	6.061

11 Debêntures

a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante						
2º Emissão de Debêntures	-	4.603	4.603	-	4.170	4.170
(-) custo de captação - a apropriar	(470)	-	(470)	(471)	-	(471)
Total	(470)	4.603	4.133	(471)	4.170	3.699
Moeda nacional - não circulante						
2º Emissão de Debêntures	169.089	-	169.089	153.162	-	153.162
(-) custo de captação - a apropriar	(1.215)	-	(1.215)	(1.685)	-	(1.685)
Total	167.874	-	167.874	151.477	-	151.477
Total geral	167.404	4.603	172.007	151.006	4.170	155.176

Em 15 de julho de 2018 a Companhia realizou a 2º emissão de 14.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, num montante total de R\$ 140.000. Sobre o valor nominal atualizados das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à 5,9559% ao ano, base 252 dias úteis e variação acumulada do IPCA. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 15 de julho 2025, já sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2019 e o último será em 15 de julho de 2025.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão.

Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2021, as demais obrigações foram cumpridas.

11 Debêntures - Continuação

b. As movimentações das debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	Encargos de dívidas	Apropriação dos custos de captação	Amortização de Juros	31/12/2020
Moeda nacional					
2º emissão de debêntures	150.810	15.223	-	(8.701)	157.332
(-) custo de captação - a apropriar	(2.626)	-	470	-	(2.156)
Total	148.184	15.223	470	(8.701)	155.176

	31/12/2020	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional					
2º emissão de debêntures	157.332	25.546	-	(9.186)	173.692
(-) custo de captação - a apropriar	(2.156)	-	471	-	(1.685)
Total	155.176	25.546	471	(9.186)	172.007

c. As parcelas relativas a debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2023	2024	2025	Total
Principal	-	-	169.089	169.089
(-) Custo da captação a apropriar	(470)	(470)	(275)	(1.215)
				167.874

12 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	228	233
Programa de Integração Social - PIS	48	50
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	69	57
Outros	13	58
	358	398

13 Provisões de constituição de ativo

	31/12/2019	Realizações	31/12/2020	Transfêrencia	Realizações	31/12/2021
Passivo circulante	9.280	(164)	9.116	(155)	(302)	8.659

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

14 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2019	Reclassificações	Realizações	31/12/2020	Realizações	Transferência	31/12/2021
Passivo circulante	9.846	48	(305)	9.589	(269)	(5.488)	3.832
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	5.488	5.488
	9.846	48	(305)	9.589	(269)	-	9.320

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, anteriormente ao processo de unitização.

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).
- (b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:
 - (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem um processo judicial de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 1.725 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

Processo Judicial nº nº 51473962020208090178: trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação da Verde 08.

- (ii) **Demandas Cíveis:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

15 Provisão para contingências - Continuação

(iii) **Demandas Cíveis/Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.		691	812
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A		-	4
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A		-	191
		<u>691</u>	<u>1.007</u>
Passivo circulante			
Nota de débito - Alupar Investimento S.A.		5	13.581
Serviços Tomados - AF Energia S.A.		57	55
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		33	34
		<u>95</u>	<u>13.670</u>
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		279	98
		31/12/2021	31/12/2020
Receita			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.		2.115	2.183
Venda de energia elétrica - Ferreira Gomes Energia S.A.		-	847
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		-	5
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		-	191
	18	<u>2.115</u>	<u>3.226</u>
Despesa			
Serviços Tomados - AF Energia S.A.	19	(700)	(667)
Atualização nota de débito - Alupar Investimento S.A	20	(970)	(1.187)
		<u>(1.670)</u>	<u>(1.854)</u>

a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimento S.A;

b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

16 Partes relacionadas - Continuação

16.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
Alupar	13/06/2018	Assembleia Geral Extraordinária	2ª Emissão de Debêntures	Fiadora	15/07/2018	15/07/2025	140.000	173.692

16.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a remuneração foi conforme segue:

31/12/2021 **31/12/2020**

Benefícios de curto prazo (a) 757 660

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado é R\$ 107.660 e está representado por 107.660.380 ações ordinárias.

	31/12/2021 e 31/12/2020	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	91.511.322	85,00
AF Energia S.A.	1	0,00
Volts Empreendimentos e Participações Ltda	16.149.057	15,00
Total das ações	107.660.380	100,00

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

17 Patrimônio líquido - Continuação

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

18 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia (ambiente livre)		70.024	55.132
Suprimento de energia (ambiente livre) - partes relacionadas	16.1	2.115	3.226
Ajuste positivo CCEE		6.881	3.844
		79.020	62.202
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(1.235)	(993)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(5.689)	(4.601)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(86)	(300)
		(7.010)	(5.894)
Receita operacional líquida		72.010	56.308

19 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(1.012)	-	(1.330)	-
Doações, contribuições e subvenções	(39)	(47)	(13)	(12)
	(1.051)	(47)	(1.343)	(12)
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(37.948)	-	(30.097)	-
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	745	-	-	-
Seguros	(492)	(41)	(460)	(8)
Aluguéis	(158)	(13)	(110)	(10)
Pessoal	(987)	(845)	(776)	(582)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(757)	-	(660)
Material	(206)	(40)	(232)	(3)
Serviços de Terceiros	(916)	(612)	(1.295)	(591)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	(700)	-	(667)	-
Outros tributos e taxas	-	(14)	(6)	(6)
Outras receitas	-	167	-	-
Outros	-	-	-	(88)
	(40.662)	(2.155)	(33.643)	(1.948)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(5.965)	(64)	(5.953)
		(64)	(5.953)	(47)
Total		(47.678)	(40.939)	(2.007)

20 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras		1.439	527
Outros		57	13
Total		1.496	540
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(25.546)	(15.223)
Atualização monetária - Partes relacionadas	16.1	(970)	(1.187)
Outros		(618)	(666)
Total		(27.134)	(17.076)
Total líquido		(25.638)	(16.536)

21 Imposto de renda e contribuição social correntes

Nota	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do IR e CS	(3.572)	(3.572)	(3.174)	(3.174)
(-/+ Adições e/ou exclusões	326	360	15	15
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(3.246)	(3.212)	(3.159)	(3.159)
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	-	-	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	(3.246)	(3.212)	(3.159)	(3.159)
Tributos Diferidos	(803)	(292)	(796)	(289)
Tributos Diferidos - extensão da concessão	3.6	184	-	-
Total dos tributos	(619)	(226)	(796)	(289)
Alíquota efetiva	26,03%		34,35%	

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	3	3	4	4	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	17	17	13.427	13.427	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	31.654	31.654	8.689	8.689	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	5.989	5.989	13.892	13.892	-	Custo amortizado
	37.663	37.663	36.012	36.012		
Passivo						
Fornecedores	3.319	3.319	6.061	6.061	-	Custo amortizado
Contas a pagar - parte relacionada	5	5	13.581	13.581	-	Custo amortizado
Debêntures	172.007	161.558	155.176	151.845	-	Custo amortizado
	175.331	164.882	174.818	171.487		

As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

22.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira ou receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras de liquidez	CDI	17	1	1	2	2
Investimentos de curto prazo	CDI	31.654	1.682	2.524	3.365	4.206
						5.047

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%
2ª Emissão de debêntures	IPCA	172.007	3.982	5.973	7.964	9.955
						11.946

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 258 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	316	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	292	18/06/2022
Seguro Garantia Judicial	2.123	53	11/05/2025
Total	2.320.235	661	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contadora
Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2